

**RECLAMAÇÃO Nº 37.313 - RS (2019/0026939-7)**

**RELATORA** : MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
**RECLAMANTE** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADOS** : ERIKA CRISTINA FRAGETI SANTORO - SP128776  
SÍLVIO OLIVEIRA TORVES - RS029355  
ALEXANDRE BOCCHETTI NUNES - RJ093294  
FLÁVIO RESMINI FILHO - RS064905  
**RECLAMADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**INTERES.** : JOAO RENATO IOOST MENDES  
**ADVOGADO** : ALEXANDRE LOREA MAGALHÃES - RS062323

**DECISÃO**

Cuida-se de reclamação constitucional, com pedido de liminar, ajuizada por BANCO DO BRASIL SA em face do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, com fundamento nos arts. 988 do CPC/15 e 187 do RISTJ.

**Ação:** liquidação individual e provisória de sentença coletiva, requerida por JOAO RENATO IOOST MENDES em face do reclamante, na qual pleiteia o recebimento de diferença de correção monetária em cédula de crédito rural, relativa ao mês de março de 1990, consoante reconhecido na Ação Civil Pública nº 94.0008514-1, ajuizada pelo Ministério Público Federal em desfavor do BANCO DO BRASIL, da UNIÃO e do BACEN.

Ainda na fase de conhecimento, a referida ação civil pública foi submetida a julgamento perante este STJ, no bojo do Recurso Especial n. 1.319.232/DF, autos nos quais ainda se encontra pendente de análise embargos de divergência opostos pelo BANCO DO BRASIL SA e pela UNIÃO.

A este último recurso - em que discutida a legalidade da aplicação dos índices de remuneração da caderneta de poupança para a compensação da mora nas condenações impostas à Fazenda Pública, nos termos do art. 1º-F da Lei 9.494/97 -, o então Relator dos EREsp's, Min. Francisco Falcão, atribuiu efeito suspensivo, conforme decisão unipessoal publicada em 26/04/2017.

**Acórdão reclamado:** por ocasião do julgamento de agravo de

instrumento, indeferiu o pedido do ora reclamante para a suspensão do processo, ao fundamento de que o eventual acolhimento dos embargos de divergência da UNIÃO *"não ocasionaria qualquer modificação na condenação imposta à instituição financeira"*, a quem não se aplica o disposto no art. 1º-F da Lei 9.494/97 (e-STJ fl. 58).

**Reclamação:** alega que o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL está a desrespeitar a decisão unipessoal proferida pelo Min. Francisco Falcão no EREsp 1.319.232/DF, que, ao apreciar o pedido de tutela provisória formulado em petição conjunta pelos réus da ação coletiva, *"determinou a suspensão de todos os cumprimentos individuais de sentença relacionados à referida ação coletiva, sem impor nenhuma condicionante ou restrição"* (e-STJ fls. 10/11). Argumenta que, nos termos da referida decisão, a suspensão permanece até o julgamento dos embargos de divergência, com efeitos para todos os litisconsortes.

**RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.**

A reclamação constitucional, à luz do disposto nos arts. 105, I, "f", da CF/88, 988 do CPC/2015 e 187 do RISTJ, constitui instrumento processual excepcional, destinado à preservação da competência deste Tribunal, à garantia da autoridade de seus julgados e à observância de julgamento proferido em incidente de assunção de competência.

Como ressaltou a Corte Especial por ocasião do julgamento do AgRg na Rcl 29.329/MS (Rel. Min. Laurita Vaz, DJe de 03/08/2016), a reclamação é cabível para assegurar-se que ordens diretas emanadas do STJ não sejam descumpridas nas instâncias ordinárias, não se admitindo, todavia, o manejo desta ação com o simples intuito de reexame de questões já decididas no Tribunal local.

No particular, verifica-se que assiste razão ao reclamante, haja vista a resistência do Tribunal reclamado em dar pleno cumprimento à tutela provisória concedida nos autos do EREsp 1.319.232/DF.

Com efeito, constata-se que a decisão unipessoal proferida pelo então Relator, Min. Francisco Falcão, foi unívoca no sentido de **suspender a eficácia do acórdão objeto dos embargos de divergência**, com fundamento no art. 995, parágrafo único, do CPC/2015, **sem qualquer restrição de matéria e/ou de partes**.

Por consequência, até que haja o efetivo julgamento dos recursos pendentes, ou eventual revogação do efeito suspensivo concedido, resta obstada toda e qualquer atividade tendente à liquidar e/ou executar o referido acórdão, que condenou solidariamente o BANCO DO BRASIL, o BACEN e a UNIÃO ao pagamento das diferenças resultantes da aplicação do IPC (84,32%), ao invés do BTN (41,28%), a título de correção monetária nas cédulas de crédito rural, no mês de março de 1990.

Nessa linha, considerando que, na espécie, o acórdão reclamado autorizou o prosseguimento da liquidação provisória da sentença coletiva, impõe-se o acolhimento da presente reclamação, para o fim de restaurar a integral autoridade da decisão desta Corte Superior que conferiu o efeito suspensivo aos embargos de divergência.

Forte nessas razões, JULGO PROCEDENTE a presente reclamação para CASSAR o acórdão reclamado na parte em que permitiu o prosseguimento da liquidação individual e provisória requerida por JOAO RENATO IOOST MENDES, a qual deverá permanecer suspenso até o julgamento do EREsp 1.319.232/DF, salvo eventual revogação da decisão concessiva do efeito suspensivo.

Publique-se. Intimem-se. Oficie-se ao Tribunal reclamado.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora